

**ATA DE REUNIÃO**

Brasília, 02 de outubro de 2019, das 9:30 às 17:30

Local: SAS, Quadra 1, Edifício Darcy Ribeiro, 8º Andar, sala 824, Brasília-DF

**Assunto:** Apresentação da Avaliação do Empresa Pró-Ética 2018/2019

**Participantes:** Controladoria-Geral da União (“CGU”): Pedro Ruske Freitas, Thiago Braga Smarzaro, Alexandre Krüger Constantino, Guilherme Augusto Sousa Guedes, Keyne Tanigushi Santos, Aline Bondan Rigoni, Carla Cristina Gomes Arede, Cecília Alves Carrico, Marcio Almeida do Amaral, Marcio Aurelio Sobral, Rodrigo Marcio Medeiros Paiva e Sergio Takayuki Takibayashi

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (“Apex-Brasil”): Patrícia Gonçalves dos Santos

Confederação Nacional da Agricultura (“CNA”): Carlos B. Horbach

Confederação Nacional do Comércio (“CNC”): Nara de Deus Vieira; Sérgio Henrique Moreira Sousa

Confederação Nacional da Indústria (“CNI”): César Carlos Wanderley Galiza

Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (“ETCO”): Andrea Lopes

Instituto Ethos (“Ethos”): Caio Magri

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (“Sebrae”): Gilberto Socoloski Jr.

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (“IBRACON”): Adelino Dias Pinho

Ministério da Economia (“ME”): Ana Paula Rost

Federação Brasileira de Bancos (“FEBRABAN”): Eli da Silva

1. Após as apresentações iniciais dos presentes, o Diretor de Promoção da Integridade, Pedro Ruske, reiterou recado da última reunião, acerca da necessidade de os membros do Comitê Gestor implementarem eles mesmos programas de integridade, para o qual será discutido futuramente um prazo. Falou da necessidade de se retomar a discussão sobre o Regimento Interno do Pró-Ética.
2. Pedro Ruske solicitou também manifestação oral da CNC sobre ausência conflito de interesses, haja vista a ausência dos titulares, o que foi feito pelos representantes.
3. Foi informado aos presentes acerca da necessidade de entregar o Termo de Sigilo e Confidencialidade, assinado ao fim da reunião.

4. Logo após, foi dada a palavra ao Coordenador-Geral de Integridade Privada, Thiago Smarzaro, que fez uma breve explanação sobre como foi o processo de avaliação das empresas na atual edição do Pró-Ética.
5. Passou-se então à discussão dos relatórios de avaliação dos programas de integridade das empresas participantes da presente edição do Pró-Ética.
6. A servidora da CGU Cecília Carrico tratou das avaliações das estatais federais que, de acordo com o Regulamento, seguiu uma metodologia específica nesta edição. Sete empresas foram admitidas no processo de avaliação e cinco foram integralmente avaliadas. Foi recomendada a aprovação de somente uma empresa.
7. Com relação às estatais federais, de uma forma geral, foram mencionados os seguintes problemas: sinalização de possíveis fragilidades na governança corporativa; fragilidades de controles internos, já identificadas anteriormente em relatórios de auditoria; baixa adesão da alta direção aos Programas de Integridade; fragilidades quanto ao tratamento de riscos de integridade; baixa estruturação da área de *compliance* e insuficiência de treinamentos em *compliance*.
8. Após a apresentação das avaliações das empresas estatais, o Coordenador-Geral de Integridade Privada, Thiago Smarzaro, iniciou a apresentação das avaliações das demais empresas. Tratou das empresas Pró-Ética 2017 com indicação de aprovação na atual edição; das empresas Pró-Ética 2017 com indicação de não-aprovação na atual edição; das novas empresas aprovadas que não integraram o rol de empresas Pró-Ética 2017. Todos concordaram com a proposta de relatório feita pela Secretaria-Executiva.
9. Também foram debatidos os casos de empresas que, durante ou após o processo de avaliação, (i) reportaram impedimento em licitar; (ii) informaram que estão sendo investigadas por atos de corrupção; ou (iii) possuem controladoras ou membros da alta direção sendo investigados/processados por atos de corrupção e fraude. Também houve consenso sobre a não aprovação das empresas nessas situações, considerando que tais fatos prejudicam a avaliação do programa de integridade, bem como a necessidade de se preservar a imagem do Pró-Ética e das instituições que o integram.
10. Das discussões geradas, destacaram-se os seguintes pontos:
  - Como ampliar o leque das empresas participantes do Pró-Ética: Adelino Pinho (Ibracon) mencionou o rating do IG-Sest; deveríamos tentar atrair essas estatais para participar do Pró-Ética. Sugeriu também convidar empresas que foram avaliadas pelo ISE da B3.
  - Bônus de pontuação: Adelino sugeriu um bônus de pontuação para empresas que são consideradas “boas para trabalhar”, pois nessa avaliação são consideradas a cultura da empresa, as pessoas, ambiente. Magri sugeriu considerar o Guia de Sustentabilidade da Revista Exame.
  - Divulgação das notas das empresas aprovadas. Patrícia (Apex-Brasil) colocou que talvez a divulgação das notas fosse boa, não apenas para pressionar empresas que estão próximas da nota de corte, mas também para mostrar que quem é Pró-Ética não necessariamente é perfeito, existem empresas mais avançadas e outras menos. Pedro Ruske ponderou sobre a não divulgação das notas para não gerar ranqueamento, que não é um propósito do programa. Também foram apresentadas sugestões de classificação por faixas, sem divulgação de notas, e a possibilidade de destacar as empresas com melhores avaliações por meio de

suas boas práticas globais, sem focar em uma área ou operação específicas. Seria uma forma de evidenciar que tais empresas possuem excelência entre as demais.

- Eli Silva (Febraban) apontou que várias empresas ficaram entre 65 e 70 pontos, boa parte das quais reprovadas na área VI. Questionou-se sobre a possibilidade de um trabalho específico de sensibilização sobre o tema da transparência.
11. Acordou-se que a Secretaria-Executiva irá analisar os pontos acima destacados e verificará a possibilidade de implementá-los para as próximas edições.
  12. Por fim, deliberou-se pelo envio de questionamentos e pedidos de informações adicionais para determinadas empresas que, apesar de aprovadas, apresentaram notícias desabonadoras na mídia. Após o recebimento das respostas, será avaliado novamente caso a caso.
  13. Antes do encerramento, tratou-se do evento de premiação, que se dará no âmbito da 1ª Conferência Internacional de Integridade. Foi solicitado aos presentes contribuições para a organização do evento.

Brasília, 02 de outubro de 2019